



ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Afuá

PROJETO DE LEI Nº.002... DE...15... DE...Fevereiro....DE 1.991.

04/03/91
APROVADO
Karlos Lúcio
Presidente da Câmara

o Regime Jurídico
Dispõe sobre a instituição do regime
jurídico *único do servidor público*
do município de Afuá e das outras pro-
vidências. *previsto no Artigo 39 da Constituição*
Federal e das outras providências

Art. 1º - O Regime Jurídico do servidor público civil da administração direta, do município de Afuá, de qualquer de seus poderes, é único, sendo o estatutário.

Art. 2º - Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores estatutários dos poderes do município e os regidos pela consolidação das leis do trabalho.

Art. 3º - O atual servidor da administração direta e do Poder Legislativo, ocupante de emprego regido pela consolidação das leis do trabalho, cujo ingresso não se tenha dado em virtude de aprovação em concurso público, terá seu emprego transformado em função pública, automaticamente, na data do início da vigência desta lei. *Vigência*
§ 1º - Aplica-se aqui disposto, ao servidor do quadro do magistério, e aos demais servidores com outro vínculo contratual com o Município.

§ 2º - Exclui-se do aqui disposto o empregado:

I - De entidade, empresa privada e o profissional autônomo, mediante contrato de prestação de serviços ou sem relação direta de emprego, esteja em exercício na administração direta; e

II - Na condição de ocupante de cargo, função ou emprego de confiança, ou em comissão, bem como o declarado em livre nomeação ou dispensa, salvo se tratar de detentor de outro emprego de natureza permanente, caso que deverá ser esta, a situação considerada.



ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Afuá

01/03/91
APROVADO
Karlobuix
Presidente da Câmara

§ 3º - A função pública criada na forma deste artigo será extinta com a vacância.

Art. 4º - O servidor cujo emprego tenha sido transformado em função pública na forma do artigo anterior poderá ser efetivado em cargo público correspondente a função de que seja titular, desde que:

I - Tratando-se de servidor estabilizados por força do artigo 19 do ato das disposições constitucionais transitórias à constituição Federal, seja aprovado em concurso público para fins de efetivação nos termos do citado artigo; e

II.- Tratando-se de servidor não estabilizado pelo art. 19 do ato das disposições constitucionais transitórias à constituição federal, seja aprovado em concurso público na forma regulada no art. 37 da constituição Federal, que se realizar para provimento de cargo correspondente a função de que seja titular.

§ 1º - O tempo de serviço do servidor mencionado no artigo, prestado a administração pública municipal, será contado como título no concurso correspondente a função de que seja titular, conforme dispuser o respectivo edital.

§ 2º - A efetivação de que trata o artigo se fará pela transformação automática, na data da homologação do concurso público, da função pública em cargo público de provimento efetivo.

§ 3º - Os servidores estáveis e não concursados pelo regime instituído por esta lei serão enquadrados em quadro em extinção até que sejam aprovados em concurso público.

§ 4º - Os servidores não estáveis e não concursados poderão ser exonerados a qualquer tempo na medida que o interesse público exigir.



ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Afuá

04/03/91
APROVADO
Carbali
Presidente da Câmara

§ 5º - Aos servidores que tiverem seus contratos de trabalho extintos na forma prevista no § 4º deste artigo serão assegurados, quando da exoneração, todos os direitos previstos na legislação pertinente.

Art. 5º - O órgão competente fará publicar no prazo de 30 (trinta) dias contados da transformação a que se refere aos artigos 1º e 2º desta lei, a lista de todos os servidores que tiverem seus empregos ou contratos transformados, com a situação anterior e a nova.

Art. 6º - No âmbito do poder executivo, a orientação normativa e a supervisão e as atividades decorrentes da aplicação desta lei competirão à secretaria de administração Municipal.

Parágrafo único - A unidade de pessoal do órgão, adotará, em seu âmbito as medidas necessárias a implantar esta lei, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da sua vigência.

Art. 7º - Para suprir a real e comprovada necessidade de pessoal, poderá ser designado servidor para o exercício de função pública, nos casos de:

I - Substituição, durante o impedimento do titular do cargo;

II - Vacância de cargo, até seu definitivo provimento e quando não houver candidato aprovado em concurso;

III - Exercício de atividade especial, assim considerada a função que, por lei é de livre designação e dispensada pela autoridade, e que pela natureza e desempenho transitório não justifique a criação de cargo público nem configure qualquer das hipóteses do artigo seguinte.

§ 1º - Equiparar-se a vacância para efeito do inciso II do artigo, a situação que decorra de cargo criado e não provido.



ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Afuá

01/03/91
APROVADO
Carlobruno
Presidente da Câmara

§ 2º - A designação para o exercício de função pública de que tratam os incisos I e II somente se aplicam no caso de cargo de professor, para regência de classe.

§ 3º - Não haverá designação para o exercício de função pública por prazo superior a 06 (seis) meses no caso da situação prevista no inciso II deste artigo.

§ 4º - A designação para o exercício de função pública se fará por ato próprio que determine o seu prazo e explicitamente o seu motivo, sob a pena de nulidade e de responsabilidade do agente que lhe tenha dado causa.

§ 5º - Terá propriedade à designação para o exercício de função pública, no caso do inciso ^{III} do artigo, o candidato aprovado em concurso público para o cargo, observada a ordem de classificação.

§ 6º - A dispensa de ocupante de função pública se dará automaticamente quando expirar o prazo ou cessar o motivo da designação estabelecidas no ato correspondente ou, a critério da autoridade competente, antes da satisfação destes pressupostos formais.

Art. 8º - Para atender a necessidade temporária, de excepcional interesse público, poderá haver contratação por prazo determinado, sob a forma de contrato de direito administrativo, caso em que o contratado não é considerado servidor público.

Parágrafo Único - A contratação prevista no artigo se fará exclusivamente para:

I - Atender as situações declaradas de calamidade pública;

II - Permitir a execução de serviços técnicos, por profissional de notória especialização, inclusive aquele de nacionalidade estrangeira; e

III - Atender a outras situações de urgência que vierem a ser definidas em Lei.



ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Afuá

01/03/91
APROVADO
Carvalho
Presidente da Câmara

Art. 9º - O poder executivo enviará ao exame da câmara Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da vigência desta lei.

I - Projeto de lei contendo o estatuto dos servidores públicos civis do município de Afuá;

II - O projeto de lei dispondo sobre o plano de cargos e salários com o sistema de carreira.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Afuá, em..
.15... de ...Fevereiro..... de 1.991.

Emilson dos Santos Gonçalves

EMILSON DOS SANTOS GONÇALVES

Prefeito Municipal



ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Afuá

02/03/91
APROVADO
Carla Lúcia
Presidente da Câmara

M E N S A G E M

SENHORES VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE AFUÁ

Temos a honra de submeter a elevada consideração de V.Excenci-
as, o Projeto de Lei Nº 002 de 15 de Fevereiro de 1.991, que dispõe sobre a ins-
tituição do Regime Jurídico Único do Servidor Público do Município de Afuá, e
dá outras providências.

O Projeto visa instituir o Regime Jurídico Único do Município
de Afuá, o qual será o Estatutário, conforme o disposto no artigo 10 da Lei Or-
gânica do Município de Afuá, e o artigo 37, inciso IX que estabelece os casos
de Contratação por tempo Determinado, para atender a necessidade temporária de
excepcional interesse público.

Nosso propósito Firme e Sêrio, é contribuir para a Administra-
ção Municipal, e sobremaneira, para com os servidores, visando sempre seu bem es-
tar, Social e Funcional, em atendimento aos Mandatos Constitucionais.

Ao submeter o presente Projeto a apreciação dessa douta Câmara
estamos certos de que os Senhores saberão reconhecer que merece a mais breve
aprovação.

É o que esperamos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Afuá, em 15 de Fevereiro de
1.991.

*Recebido em
18/02/91
Pelo Sr. João
da Comissão de
Justiça, Legislação e
Política de Leis
Carla Lúcia
18/02/91*

Emilson dos Santos Gonçalves
EMILSON DOS SANTOS GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL